

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A realidade das políticas públicas tem se tornando claramente complexas em função do número crescente de temáticas que, não apenas o Estado, mas a própria Sociedade Civil, passa a lidar no dia-a-dia no interesse da *res pública*, o que torna este campo de estudos particularmente rico na conformação de agendas de pesquisas e na projeção de análise descritivas e prescritivas com base em diferenciados paradigmas ideológicos.

Tomando como objeto central de pesquisa a realidade empírica das políticas públicas no Brasil, a presente obra se apresenta como um trabalho coletivo desenvolvido com várias mãos e em colaboração intelectual em distintas partes do país, resultando assim em uma peça investigativa que suscita um olhar plural por meio da combinação de distintos recortes teórico-metodológicos.

Fruto de um trabalho coletivo de 36 pesquisadoras e 18 pesquisadores oriundos de Instituições de Ensino Superior público e privadas, bem como de Instituições da Administração Pública, a presente obra apresenta o resultado de pesquisas desenvolvidas de modo colaborativo em 13 estados, refletindo assim sobre as políticas públicas em todas as cinco macrorregiões brasileiras.

Escrito por meio de uma linguagem simples e acessível a um amplo público, o presente livro fundamenta sua narrativa discursiva a partir da combinação de um conjunto de análises sobre a realidade das políticas públicas no Brasil em diferentes áreas temáticas, a qual se manifesta empiricamente em distintas escalas de espacialização ou mesmo de periodização no tempo.

O livro “As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 3” apresenta uma visão maximalista sobre as políticas públicas no Brasil a partir de uma leitura plural que se fundamenta em três eixos temáticos, sendo eles, respectivamente relacionadas a Administração Pública, Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), e Políticas Urbanas, Rurais, Fronteiriças e de Planejamento Territorial.

No primeiro eixo temático, 4 agendas de estudos sobre a Administração Pública são apresentadas por meio de discussões relacionadas às políticas públicas que valorizam a teoria do capital humano na gestão da inovação no setor público, mecanismos de controle social na Administração Pública, monitoramento e avaliação na gestão pública, bem como os processos motivacionais de agenda *setting*.

No segundo eixo temático, 6 capítulos exploram o sistema de proteção social e o mutagênico Estado de Bem Estar Social no Brasil, por meio de uma série de discussões que versam sobre desigualdade de renda no país, Sistema Único de Assistência Social, previdência, bem como temas de crescente abertura não estatal a atores de Economia Solidária e a Organizações da Sociedade Civil.

No terceiro eixo temático, os 9 capítulos finais do livro são apresentados por meio de discussões que versam sobre as políticas públicas de turismo, habitação e cultura na periferia, bem como políticas específicas que incidem nas fronteiras ou no contexto rural relacionadas à agricultura familiar, extensão rural e à participação de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Com base nos 19 capítulos apresentados nesta obra, por meio de uma lógica discursiva de gradação crescente nas temáticas abordadas, a pluralidade de pensamento se manifestou como uma peça chave para abordar distintas realidades temáticas das políticas públicas no tempo e no espaço, com base em *expertises* específicas dos pesquisadores envolvidos e em recortes teórico-metodológicos variados que valorizam a riqueza deste campo de estudos. Sejam todos bem vindos ao campo das políticas públicas. Excelente leitura!

. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O FATOR HUMANO COMO ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Geralda Genuina da Fonseca

Ruy Alves Rodrigues Pinheiro

Júnior Cleber Alves Paiva

Mariana Silveira de Oliveira

Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029091

CAPÍTULO 2..... 13

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO NA BAHIA

Carla Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.4812029092

CAPÍTULO 3..... 23

CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO COM SUPORTE EM UM CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Gislan Santos Sampaio

Jacqueline Cunha da Serra Freire

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.4812029093

CAPÍTULO 4..... 34

MOTIVAÇÕES PELAS QUAIS UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DEVA SE INTERESSAR PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes

DOI 10.22533/at.ed.4812029094

CAPÍTULO 5..... 52

O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: A CONTROVÉRSIA DOS ANOS 70 E A CONVERGÊNCIA NOS ANOS 90

Rodrigo Mendes Gandra

DOI 10.22533/at.ed.4812029095

CAPÍTULO 6..... 73

QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE NA FAMÍLIA COMO PADRÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Lúcia Helena Dantas Martins

Ariele França de Melo

Andressa Sonja Pereira de Castro

Jéssica Katariny Oliveira da Silva

Emanuelle Monaliza de Sousa Gomes

Maria Tereza Martins de Souza

Leane Taise da Mota
Letícia Karoline Brito Medeiros Dantas
Felippe Silva dos Santos
Thássila Tamires Batista Alves
Shirlany Sayonara França Bezerra
Luana Maria Miranda de Moura Silva

DOI 10.22533/at.ed.4812029096

CAPÍTULO 7..... 85

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Gissele Carraro
Jane Cruz Prates
Solange Emilene Berwig

DOI 10.22533/at.ed.4812029097

CAPÍTULO 8..... 98

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: ENTRE A PREVIDÊNCIA OBRIGATORIA E A PREVIDÊNCIA VOLUNTÁRIA

Cleci Maria Dartora
Wilson Itamar Godoy

DOI 10.22533/at.ed.4812029098

CAPÍTULO 9..... 111

PROJETO OSC LEGAL: ADEQUAÇÃO LEGAL E CAPACITAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Edna Alves Muniz
Ana Laura Lavor de Castro

DOI 10.22533/at.ed.4812029099

CAPÍTULO 10..... 120

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDULO DA SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Caroline Goerk
Fábio Jardel Gaviraghi
Gleny Terezinha Duro Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.48120290910

CAPÍTULO 11..... 132

A ROTA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ/ BRASIL

Simone Cristina Putick
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira
Luzia Neide Coriolano
Milton Augusto Pascotto Maniane
Maria Majaci da Silva

DOI 10.22533/at.ed.48120290911

CAPÍTULO 12.....	145
IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO PARA AS CIDADES	
Maria Laís Alves de Araujo	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Amanda Virgínia Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.48120290912	
CAPÍTULO 13.....	156
POLÍTICAS CULTURAIS PARA AS PERIFERIAS – ESTUDO DE CASO “A BATALHA DOS BARBEIROS”	
Veronica Diaz Rocha	
Newton Augusto Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.48120290913	
CAPÍTULO 14.....	171
A CONTRIBUIÇÃO DA EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Joanne Régis Costa	
DOI 10.22533/at.ed.48120290914	
CAPÍTULO 15.....	182
INCLUSÃO PRODUTIVA: UM OLHAR SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO PROGRAMA DO BIODIESEL NO PIAUÍ	
Maria Elza Soares da Silva	
Cristiane Lopes Carneiro d’Albuquerque	
Luzineide Fernandes de Carvalho	
Boanerges Siqueira d’Albuquerque Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48120290915	
CAPÍTULO 16.....	194
O ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO CONTEXTO DOS SEUS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE	
André Luiz Miranda Silva Zopelari	
DOI 10.22533/at.ed.48120290916	
CAPÍTULO 17.....	209
POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA INTERNACIONAL: UM OLHAR PARA A REGIÃO FUNCIONAL 7/RS	
Edemar Rotta	
Neusa Rossini	
DOI 10.22533/at.ed.48120290917	
CAPÍTULO 18.....	223
MEDIAÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL DE COOPERAÇÃO MÚTUA	
Noemi Correa de Oliveira Feitosa	
Elisa Pinheiro de Freitas	

DOI 10.22533/at.ed.48120290918

CAPÍTULO 19.....235

A JUDICIALIZAÇÃO DE REGISTROS TARDIOS DE NASCIMENTO NA COMARCA DE CORUMBÁ/MS

Adauto Ajala Dourado

DOI 10.22533/at.ed.48120290919

SOBRE O ORGANIZADOR.....251

ÍNDICE REMISSIVO.....252

CAPÍTULO 10

POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNULO DA SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Caroline Goerk

PUCRS.

Universidade Federal de Santa Maria. Cidade de Santa Maria-RS/Brazil
ID Lattes: 0178558267989557

Fábio Jardel Gaviraghi

a UNIJUÍ.

Universidade Federal de Santa Maria. Cidade de Santa Maria - RS / Brazil
ID Lattes: 1092708573354404

Gleny Terezinha Duro Guimarães

Universidade Católica Portuguesa – Lisboa
PUCRS

Cidade de Porto Alegre - RS/Brazil
ID Lattes: 7578246905073618.

RESUMO: Este capítulo tem como objetivo demonstrar que a Política Pública de Economia Solidária é permeada por contradições numa relação pendular entre a superação ou manutenção do sistema capitalista. Na primeira parte refletimos sobre como está se desenvolvendo às políticas no âmbito da economia solidária no Brasil e as contradições presentes nessa política. Na segunda parte busca-se compreender de que forma o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento contribuiu ou não para a continuidade dos empreendimentos de geração de trabalho e renda que estiveram sendo assessorados por

organizações da sociedade civil. Na terceira parte especificamos a metodologia científica a partir de pesquisa qualitativa, realizada com as organizações que prestavam assessoria aos empreendimentos solidários, na região central do Rio Grande do Sul, assim como através dos empreendimentos e trabalhadores que são assessorados por estas organizações. Na quarta parte refletimos sobre as contradições presentes no trabalho desenvolvido por Organizações de assessoramento junto aos empreendimentos de geração de trabalho e renda. Concluimos que a contradição por si só faz com que a Economia Solidária exista.

PALAVRA-CHAVES: Política Pública, Economia Solidária, Autogestão.

PUBLIC POLICY OF SOLIDARITY ECONOMY: UNDER THE PENDULUM OF OVERCOMING OR MAINTAINING THE SYSTEM?

ABSTRACT: This chapter aims to demonstrate that the Public Policy of Solidarity Economy is permeated by contradictions in a pendular relationship between overcoming or maintaining the capitalist system. In the first part, we reflect on how policies in the scope of the solidarity economy in Brazil are developing and the contradictions present in this policy. The second part seeks to understand how the Solidarity Economy in Development Program has contributed or not to the continuity of the work and income generation enterprises that have been advised by civil society organizations. In the third part, we specify the scientific methodology based on qualitative

research, carried out with the organizations that provided assistance to solidarity ventures, in the central region of Rio Grande do Sul, as well as through the ventures and workers that are advised by these organizations. In the fourth part, we reflect on the contradictions present in the work carried out by advisory organizations in the areas of job and income generation. We conclude that the contradiction in itself makes the Solidarity Economy exist.

KEYWORDS: Public Policy, Solidarity Economy, Self-management.

1 | INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por intensas transformações nos processos de trabalho. Com essas transformações desenvolvidas por meio da robótica, automação e microeletrônica, passa a ter uma massa de trabalhadores considerados “sobrantes” pelo capital, acirrando a alienação e a precariedade do trabalho. Esta realidade marcada pela presença mínima do Estado e pelo agravamento da questão social, emergiram alternativas através de trabalhos desenvolvidos por diversas organizações. As experiências associativistas e cooperativistas surgem como uma das formas de resistência da classe trabalhadora ao desemprego e a lógica do modo de produção capitalista.

Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente por sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho, visando a geração de trabalho e renda, bem como a inclusão social e econômica. As experiências, geralmente se caracterizam como pequenas associações, constituídas pelos sujeitos mais vulnerabilizados.

A Economia Popular Solidária expressa diferentes formas associativistas e cooperativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo. O trabalho realizado nestes empreendimentos populares e coletivos, além de gerar renda, em algumas experiências agrega princípios que potencializam o processo de trabalho que, normalmente, não são proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema formal.

Estes princípios originados pelos precursores do cooperativismo estão respaldados na solidariedade, na democracia, na aproximação da autogestão, na participação, na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados que, de forma democrática, devem definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio ambiente.

Porém, quando os trabalhadores inseridos em empreendimentos coletivos não desenvolvem suas atividades de modo que tenham clareza sobre os princípios do cooperativismo, ou, ainda, mesmo que estes trabalhadores desenvolvam suas atividades conforme estes princípios, estas experiências também podem se configurar como estratégia do próprio capital para atenuar os conflitos de classe, mantendo o sistema capitalista.

21 POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Historicamente a Economia Solidária, enquanto política pública é uma conquista dos trabalhadores que lutam por outra forma mercantil de organização, abolindo a exploração do trabalho, o princípio da competitividade e a desigualdade de renda enquanto usufruto do resultado da produção.

Por meio de experiências coletivas desde 2003, a Economia Solidária se torna integrante da agenda governamental brasileira, quando no MTE é criada a Secretaria Nacional da Economia Solidária — SENAES, e a ela são destinados recursos orçamentários da União para o desenvolvimento de vários programas, sendo que um destes foi denominado de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Ao mesmo tempo em que as políticas e programas sociais se tornem funcionais ao sistema capitalista, os mesmos são incorporados pelos governos e Estado como fruto do desenvolvimento social. Esse Programa é realizado em parceria com as organizações da sociedade civil e demais esferas governamentais, tendo o objetivo de promover e viabilizar economicamente empreendimentos de geração de trabalho e renda bem como, absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho.

O Programa **Economia Solidária em Desenvolvimento** marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional, em um contexto de novas realidades do mundo do trabalho que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado. {...} o Governo Federal, por meio de seu Ministério do Trabalho e Emprego, assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária (BRASIL/MTE, 2013).

O debate sobre Economia Solidária no Serviço Social não é hegemônico, pois alguns defendem que ele não apresenta uma forma de ruptura com o capital, não promoveria a revolução no modo de produção, acabando por apenas reproduzir a lógica produtiva, permanecendo à margem da economia e do mercado predominantemente capitalista.

Neste caso, ao invés de contribuírem para a emancipação social, os empreendimentos não fariam mais que reproduzir - em linhas gerias - o movimento mesmo do capital, transformando seus trabalhadores em agentes subordinados da competição do mercado e descarnando-os da luta política pela superação das relações sociais de produção que estruturam a sociedade capitalista. (Cruz e Santos, 2011, p. 66)

Outra posição que se constata no Serviço Social, defende a expansão da Economia Solidária como uma forma de contaminação à lógica capitalista, já que mantém um posicionamento crítico em relação à sociedade, através dos fundamentos marxistas. Entende que o movimento da Economia Solidária é fruto das lutas sociais, que geralmente é invisibilidade, pelo capital e representa um movimento social de base, na luta contra a desigualdade social, propondo outra lógica na organização do trabalho.

Não se trata de maniqueísmo nos posicionamentos e sim perceber que a Economia Solidária, quando foi institucionalizada na estrutura da Política Pública, representa para o Serviço Social, a presença permanente da contradição dialética entre transformação e manutenção do sistema. Portanto, partimos da compreensão que a Economia Solidária brasileira, deve ser compreendida sob o ponto de vista dessa contradição.

3 I PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

Um programa social se configura como um conjunto de projetos e ações sociais, envolvendo horizontes de tempo mais longos que os projetos. Um projeto social busca, por meio de um conjunto de atividades, transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema, para satisfazer necessidades de grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade social (NOGUEIRA, 1998). O programa, por ser um conjunto de projetos, abrange uma parcela mais ampla da realidade, não tão focalizado, onde encontramos programas no nível nacional e internacional.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, inserido no Plano Plurianual - PPA (2008-2011), do Governo Federal, se constituiu como o primeiro programa de governo em âmbito federal de geração de trabalho e renda. Este programa estava vinculado à SENAES dentro do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) que trabalha em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Foi materializado por meio da parceria estabelecida entre o governo federal com organizações da sociedade civil e incubadoras universitárias. Dentre as principais características do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento estão a transversalidade e a intersetorialidade, articulando os demais programas, projetos, entidades e ações tanto em âmbito de governo quanto da sociedade civil.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento começou a ser executado no ano de 2004 quando se iniciou o Plano Plurianual - PPA (2004-2007) do Governo Federal e seguiu com o PPA (2008 - 2011). O PPA 2004-2007 tinha como objetivo central a inclusão social e a desconcentração da renda no Brasil, juntamente com o crescimento do emprego e da renda por meio das políticas sociais (ARROYO; SCHUCH, 2006). Já em relação à proposta que abrange o PPA (2008-2011), buscou-se ampliar o escopo do programa, delimitando suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado, tendo como principais objetivos:

[...] a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado. Também continuam as ações para a estruturação de uma política pública voltada à economia solidária com o estímulo à institucionalização de políticas nas três esferas; a formação

de formadores/as e gestores públicos; a construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária como eixo, a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário espalhados pelo Brasil; e o novo mapeamento da economia solidária, que vai ampliar e atualizar a base do SIES. (BRASIL/MTE, 2013).

A concretização dos objetivos e a execução das ações se deram por meio do vínculo da SENAES com as organizações que prestavam assessoria a empreendimentos solidários. Este vínculo ocorreu por meio de encaminhamento de projetos sociais elaborados pelas organizações de apoio - mediante abertura de editais e chamadas públicas -, que poderiam ser ou não aceitos e aprovados pela SENAES. Assim as organizações da sociedade civil acabaram tendo um papel importante na execução do programa, no papel de assessoria — incubação e fazendo a mediação entre o Estado e os empreendimentos de geração de renda.

Outros programas como o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC - e o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, bem como demais programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, também contribuíram no fomento às experiências de economia popular solidária.

Assim o programa pode ser visto como uma das frentes do MTE e Senaes, que juntamente com demais ações contribuíram para a geração de renda na região central do RS. É inegável a importância de programas sociais que promovam a Economia Solidária, mas é necessário perceber-los que sua proposta poderá apenas atenuar os conflitos sociais na medida em que apresenta uma resposta imediata à sobrevivência de uma parcela da população. Portanto, a compreensão da Economia Solidária se “fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante”. (Cruz e Santos, 2011, p. 71).

4 | CAMINHOS DA PESQUISA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esse estudo utilizou como referência teórico-metodológica o método dialético-crítico. Este método possibilita a leitura da realidade de forma que se possa apreender o real, analisando e percebendo também a base material que o constitui, que se pense e apreenda a realidade, como essencialmente contraditória e em permanente transformação. O método possui como categoria central a historicidade, a totalidade e a contradição, fundamentando-se no movimento, no constante devir (vir a ser), gerando a transformação da realidade (GADOTTI, 1983).

Esta foi a primeira financiada pelo CNPQ no Curso de Serviço Social da Ufsm (2010 – 2012) via edital aprovado pelo Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES N ° 02/2010, com o valor de R\$ 20.000,00, na região central do Rio Grande do Sul. Inicialmente, foram mapeadas as organizações que estavam desenvolvendo trabalho de assessoria - incubação via

Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Este mapeamento ocorreu por meio de contato com a SENAES onde foi possível obter uma listagem destas organizações.

Foram mapeadas três organizações da sociedade civil que estavam vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. A Organização A é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos que se vinculou ao Programa em 2010, por meio da execução do Projeto Brasil Local que visava criar e fortalecer empreendimentos econômicos e solidários objetivando o desenvolvimento local. A Organização B vinculou-se ao programa em 2004, constitui-se em uma rede que congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a comercialização direta da produção realizada pelos empreendimentos tanto do campo quanto da cidade. Já a Organização C possuía vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento desde 2004, e foi encarregada de operacionalizar o Projeto Nacional de Comercialização Solidária, tendo como atividades as feiras de Economia Solidária em âmbito internacional, estadual e microrregional.

Também fez parte da composição dos sujeitos pesquisados, cinco empreendimentos populares, sendo que, três delas recebiam apoio da Organização B e duas estavam vinculadas à Organização A. Constatou-se ainda que a organização C prestava assessoria a essas cinco organizações.

Realizou-se a coleta das informações por intermédio de entrevista tendo sido apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que já havia sido aprovado pelo comitê de ética da Universidade. Os instrumentos para coleta das informações ocorreram por meio de dois formulários semi-estruturado sendo um aplicado às lideranças dos empreendimentos e outro destinado aos trabalhadores.

Primeiramente foi realizada a coleta das informações dos empreendimentos econômicos e solidários que são assessorados pela Organização B. Ocorreu no Feirão Colonial, espaço de comercialização dos produtos que reúne empreendimentos de toda a região. De forma intencional foram entrevistados três empreendimentos: um grupo de mulheres de artesanato, um grupo familiar de alimentação e uma associação que reúne empreendimentos da agricultura familiar.

Os empreendimentos vinculados à organização A foram entrevistados após contato com a agente do Brasil Local. Sendo esta organização que executa o projeto Brasil Local na região sul, que abrange os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Por meio dessa agente se obteve contato com duas experiências, uma cooperativa de cultura e artesanato afrodescendente e um grupo de catadores de resíduos sólidos, que trabalham com a reutilização de materiais por meio de artesanato.

Para a sistematização e interpretação das informações coletadas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, baseada em Bardin (1977), com as três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados obtidos, bem como a codificação dos dados quantitativos por meio da tabulação simples.

5 I EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: REALIDADE PENSADA PELA CONTRADIÇÃO SOCIAL

As organizações que prestam assessoria aos empreendimentos de Economia Solidária, geralmente estão ligadas às Universidades, através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPS. Elas desempenham uma função importante no atendimento direto aos grupos cooperados através do processo de pré-incubação, incubação e desincubação. O governo federal tem apoiado as ITCPS através de editais e Programas específicos, como o PRONIC, que possibilitam a sustentabilidade dos mesmos no período que durar a aprovação do Edital por todo o Brasil e estavam vinculadas as Universidades. Suas ações se voltam para assessorar os empreendimentos na formação em Economia Solidária, no apoio ao desenvolvimento de tecnologia social, na formalização jurídica de empreendimentos, na qualificação dos produtos, no processo de comercialização, enfim nas mais diversas áreas do conhecimento, dependendo das necessidades que o empreendimento solicita.

Outro tipo de organização, que presta assessoria, são aquelas do terceiro setor caracterizada como sem fins lucrativos. Um exemplo é a CARITAS, pois historicamente entidades ligadas à igreja possuem uma trajetória social de cunho filantrópico e religioso junto à população que é excluída do mercado de trabalho em função da desigualdade social. Desempenham um papel importante junto aos empreendimentos incentivando a qualificação, formação e comercialização dos produtos.

Na região central do Rio Grande do Sul foram mapeadas três organizações que prestam assessoria — incubação a empreendimentos de economia solidária por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Uma delas foi responsável por executar o Projeto Brasil Local que visa o desenvolvimento local, fomentando a constituição e o fortalecimento de empreendimentos por intermédio do acompanhamento de agentes de desenvolvimento solidário. A outra organização, integrante da Caritas RS, constituiu-se como uma central de cooperativas. Esta se vinculou ao programa desde 2003 e prestou assessoria principalmente por meio de feirões coloniais realizados semanalmente, além de congressos, seminários entre outros eventos regionais, nacionais e internacionais. Já a Organização C atuou no campo da Economia Solidária desde sua fundação no ano de 1995, vinculando-se ao Programa em 2004. O vínculo se dá por meio do apoio à comercialização através do Comercio Justo e Solidário.

Estas três organizações já prestavam assessoria às experiências solidárias antes de vincular-se ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Sendo essas organizações de interesse filantrópico – ligadas às organizações religiosas – ao possuir vínculo com o programa governamental, passaram a receber recursos públicos para a execução de suas ações, sendo necessário às organizações incorporar em seu trabalho os objetivos deste Programa, cujos interesses são públicos e não filantrópicos.

Diante disso, percebeu-se que nem sempre os usuários compreendiam que as organizações filantrópicas, ao receberem os recursos públicos, deveriam atuar na lógica dos direitos sociais. Ao ser direito, rompe com a função filantrópica e caritativa, onde as ações são pontuais e imediatas, não exigindo respostas às demandas do Estado.

As organizações explicitaram que o trabalho que estava sendo desenvolvido, contribuiu para o processo de continuidade das experiências de Economia Popular Solidária.

Contribui proporcionando ações que possibilitam a busca realizada pelo próprio cidadão e sua família aos seus direitos básicos e podem auxiliar na recuperação da autoestima, na reinserção ao mercado de trabalho e na conseqüente melhoria na qualidade de vida destas famílias. (Organização A).

Avançar nas atividades, a integração dos segmentos e a reflexão sobre o trabalho desenvolvido nos grupos. (Organização B).

Contribui na implementação de políticas e de programas públicos voltados para o reconhecimento do sujeito da economia solidária como também para as ações estruturantes como crédito, fomento, assistência técnica entre outros. (Organização C).

A formalização dos empreendimentos de economia solidária seja em cooperativas ou associações também se mostra de forma bastante difícil e burocrática aos trabalhadores, que acabam por permanecerem na informalidade. Para Barbosa (2007), o problema da informalidade está na resignificação da informalidade, onde se tira o caráter de "antagonismo à relação salarial" os cinco empreendimentos, apenas um deles constitui como uma cooperativa formal, ficando os demais à deriva da informalidade.

O processo de incubação é longo, devido a contracorrente que o empreendimento passa diariamente para se consolidar enquanto grupo auto organizado e auto sustentável. O ideal seria que o empreendimento ficasse incubado por apenas dois anos, mas a realidade tem demonstrado que eles permanecem no mínimo por 5 anos, até conquistarem sua autonomia e independência na organização, gestão e funcionamento. Isso significa que cada ator envolvido possui um tempo diferente de acordo com suas necessidades: o empreendimento necessita de respostas imediatas frente às situações de sobrevivência e um processo de conscientização e autogestão leva um tempo maior para ser construído; as organizações apoiadoras dos empreendimentos devem atender o tempo do edital e da prestação de contas e o governo tem o tempo de duração político partidária. É preciso destacar que a assessoria desenvolvida pelas organizações muitas vezes não contribui para a emancipação dos empreendimentos coletivos e os sujeitos envolvidos.

Os grupos pesquisados eram compostos em sua maioria por 10 a 30 integrantes, com exceção ao empreendimento e que por ser uma associação que reúne vários empreendimentos. Entre as principais características dos trabalhadores que integram esses empreendimentos, destacam-se: a forma de confecção e comercialização dos produtos.

A confecção dos produtos geralmente ocorria na residência dos trabalhadores. Assim, estas experiências na grande maioria eram familiares, sendo que 80% trabalhavam com artesanato e os demais com alimentação e outros segmentos. Uma das características que os empreendimentos solidários demonstraram foi o fato de não existir uma separação do processo de trabalho com a relação familiar.

Os próprios gestores questionam a adequação do tempo esperado para que um grupo forme uma cooperativa, legalize e adquira um fluxo de renda sustentável. Normalmente, o tempo de referência seria o de um curso de qualificação; seis meses, no mínimo, até um horizonte de dois anos. Entretanto, o que algumas pesquisas e gestores apontam é que o adequado seria um espaço temporal de cinco anos em média. (Benini e Benini, 2011, p. 465)

Esta mistura também se evidencia em relação ao rendimento, pois cerca de 60% dos trabalhadores não souberam diferenciar a renda individual da renda familiar. Outro fator observado refere-se aos 40% de trabalhadores que demonstraram não possuir renda fixa, o que, entre outros fatores, pode estar ligado tanto a dificuldades na gestão dos empreendimentos como a fatores externos (clima, época do ano, etc). Deste modo, verificou-se que mesmo atingidos pelo Programa governamental, os trabalhadores ainda não possuem em sua grande maioria nem o amparo legal, com os direitos trabalhistas assegurados, nem tampouco a concretude de garantia de uma renda mínima. Como explicita um sujeito “Há, a gente nunca sabe, tem vezes que mal dá para comer e outra que a gente tira mais dinheiro, depende”. (TRABALHADOR, EMPREENDIMENTO A).

A associação de agricultores assessorada pela Organização B da região central englobava vários empreendimentos rurais, principalmente agroindústrias familiares, podendo ser tanto formais, associações e cooperativas, como grupos informais. A sede localizava-se na zona urbana e o principal polo de comercialização ocorria no feirão colonial da região central do RS.

Porém, comparando as condições de trabalho e de vida dos empreendimentos, se pode verificar que alguns empreendimentos possuem maior dificuldade que outros em decorrência da maior vulnerabilidade social que se encontram. Era a situação de 20% dos empreendimentos que trabalhavam com reciclagem.

Sendo assim, todos os empreendimentos reconheciam o apoio da organização B, que era responsável pelos principais locais de comercialização da cidade, com destaque a feira semanal da região central do RS e que reúne experiências das demais regiões do Estado. Assim também, os empreendimentos A e B reconheceram o apoio da organização C que cedeu um terminal de comercialização no centro da cidade e viabiliza o deslocamento dos trabalhadores para outras feiras de Economia Solidária.

Além dos espaços de comercialização os trabalhadores reconheciam a importância da qualificação e capacitação profissional. Boa parte dos sujeitos entrevistados, 80% possuem Ensino Médio e nenhum entrevistado se declarou analfabeto. A maioria informou

já ter participado de cursos, sendo que apenas um deles informou nunca ter participado. Averiguou-se que esses cursos, geralmente de capacitação e aprimoramento da produção, são fornecidos em alguns casos pela organização que prestava assessoria via o Programa de Economia Solidária e em outros eram ofertados por organizações como sindicatos e universidades que não possuem vínculo com o Programa.

Ressalta-se que o reconhecimento das políticas públicas por parte dos trabalhadores é essencial para compreender o trabalho de assessoria como um direito e não como favor. Diante disso, constatou-se que o trabalho de assessoria aos empreendimentos torna-se mais sustentáveis e fortalecido a partir do momento em que as organizações de apoio vinculam-se ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, recebendo do órgão de fomento recursos financeiros, além do apoio da SENAES e da participação de encontros de formação e monitoramento das atividades. Por isto se acentua a relevância da SENAES e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pois, na medida em que este Programa Social for expandindo-se e se consolidando, poderá contribuir, por meio das organizações governamentais, civis e incubadoras universitárias, com as experiências de geração de trabalho e renda, de forma que se tornem fortalecidas no mercado, gerando um aumento da renda destes trabalhadores.

6 | REFLEXÕES EM ABERTO: CONCLUINDO

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi executado na região central do Rio Grande do Sul logo no início de sua implantação por meio de organizações da sociedade civil. Há mais de oito anos o programa foi sendo implementado na região considerada polo da Economia Solidária. Porém este mostrou-se ainda em fase inicial, principalmente pela quantidade de organizações vinculadas ao programa e a dificuldade na obtenção de recursos.

A mais expressiva contribuição do Programa para as experiências econômicas solidárias, foi o acesso a postos de comercialização, de forma que possibilitaram a viabilidade econômica dos empreendimentos. Como a produção, da maioria dos empreendimentos, era individual, foi vivenciando o processo de comercialização que os trabalhadores tiveram oportunidade de se organizarem de forma cooperativa e associativa, bem como fomentaram a cultura do comércio justo e solidário.

Outra contribuição que se destaca é a divulgação e a visibilidade da Economia Solidária tanto a nível local como nacional, decorrente de várias atividades desenvolvidas nos grupos de trabalho, feiras, feirão colonial, fóruns e demais espaços coletivos. Essa visibilidade e promoção da Economia Solidária fortalece a existência de outros programas sociais e política pública para este setor.

O trabalho das organizações por meio do Programa fortaleceu os empreendimentos econômicos solidários e a economia solidária como um todo. Mesmo que o programa se

configure como uma alternativa de geração de renda e enfrentamento as desigualdades sociais, para a vida dos sujeitos a economia solidária é compreendida para além da geração de renda, visto que as relações sociais de produção se dão de forma diferenciadas.

Menciona-se que em relação à liberação de recursos e as formas que são constituídas as parcerias com as organizações de apoio, podem ser aprimoradas, através de outros programas governamental que possam ser implantados. Cada estado e município poderiam usufruir de setores específicos que dessem conta do fomento a Economia Solidária, de forma que o mesmo correspondesse ao processo de descentralização político-administrativa.

No modo de produção capitalista, onde é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância de política pública à Economia Popular Solidária. Os empreendimentos coletivos, como se constatou nesta pesquisa, são suscitados em sua grande maioria pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, como enfrentamento as manifestações da questão social. Contudo, ressalta-se que de forma contraditória o fomento a estas experiências pode ser também uma das formas de regular a questão social para a reprodução e manutenção do sistema capitalista (BRUM, 2008).

Por fim, destaca-se que o Programa de Economia Solidária foi um programa de governo que futuramente pode ser aprimorado para que possa fortalecer a política de Estado. Para tanto se faz necessário mais recursos, principalmente no que se relaciona ao acesso a linhas de créditos e tecnologias, formação continuada, conquista de direitos trabalhistas, levando sempre em consideração os princípios do associativismo e da autogestão.

Portanto mesmo que hoje a Economia Solidária não tenha força para romper com a estrutura de produção capitalista é inegável sua contribuição para os empreendimentos, na medida em que apresenta um caminho para a inclusão social e para gerar formas de trabalho e renda. As práticas genuínas de Economia Solidária merecem maior visibilidade pública e as práticas dos empreendimentos que “falham” não devem ser compreendidos como reprodução do capital, mas sim como um processo contraditório em constante movimento.

REFERÊNCIAS

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e de resignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENINI, Édi A. E BENINI, Elcio. Políticas públicas e economia solidária: elementos para a agenda de ma nova rede de proteção social. In: BENINI, et al (orgs) **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BRASIL; MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao.htm>> Acesso em 21 de março de 2013.

BRASIL; MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao.htm>> Acesso em 21 de março de 2013.

_____. **Brasil Local**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/brasil-local.htm>> Acesso em: 16 de março de 2013.

_____. **Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-comercio-justo-e-solidario/>> Acesso em 21 de março de 2013.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 25. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008

CRUZ, Antonio & SANTOS, Aline M. dos. A Economia Solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico. In: HESPANHA, Pedro & SANTOS, Aline M. dos. (orgs.) **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Almedina e CES, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). Educação comunitária e economia popular. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KOSICK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NOGUEIRA, Roberto Martínez. **Los proyectos sociales**: de la certeza omnipotente al comportamiento estratégico. Santiago de Chile: Cepal, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 108, 147, 155, 156, 157, 221, 226, 251

Agricultura Familiar 14, 17, 125, 175, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Amazônia 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 251

Assistência Social 74, 82, 83, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 105, 125, 154, 212, 215

Avaliação 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 38, 77, 90, 111, 113, 114, 118, 147, 155, 164, 169, 175, 176, 178, 194, 195, 196, 201, 206, 207, 251

B

Biodiesel 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Brasil 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28, 32, 33, 36, 39, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 157, 161, 165, 166, 171, 173, 174, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 207, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 247, 249, 250

C

Capacitação 20, 94, 111, 112, 113, 114, 115, 128, 129, 160, 167, 168, 176, 226, 229, 232

Capital Humano 3, 4, 11, 17, 28, 52, 53, 55, 61, 62, 63, 68

Capitalismo 75, 76, 77, 78, 79, 83, 124, 221

Cidadania 23, 24, 32, 83, 84, 86, 87, 97, 156, 157, 162, 168, 169, 223, 224, 226, 232, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 247, 251

Cidade 7, 31, 114, 120, 125, 128, 141, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 161, 168, 238, 244

Controle Social 23, 24, 25, 31, 32

Cooperação 13, 14, 35, 43, 44, 47, 49, 93, 103, 121, 139, 168, 189, 202, 223, 224, 229, 230, 231, 233

D

Desenvolvimento 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 60, 69, 70, 71, 78, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 103, 104, 112, 114, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 154, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 194, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 234, 239, 251

Desigualdade 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 122, 126, 149, 214

E

Economia Criativa 23, 25, 27, 28, 30, 32, 33

Economia Solidária 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 170, 172

EMBRAPA 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 196, 200, 207

Extensão Rural 175, 179, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193

F

Família 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 100, 127, 178, 186, 187, 219, 225, 229, 230, 231, 235, 236

Formulação 18, 23, 24, 26, 31, 37, 38, 48, 87, 90, 140, 147, 148, 153, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 180, 185, 186

Fronteira 167, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 247, 248

Fundo Público 209, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão Pública 1, 5, 10, 13, 14, 15, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 50, 103, 131, 146, 161, 169, 251

Governança 111, 112, 113, 114, 118, 119, 140, 174, 181, 222

H

Habitação 80, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 212, 215

I

Implementação 7, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 48, 93, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 127, 133, 136, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 152, 153, 155, 167, 169, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 206, 226

Inclusão 91, 121, 122, 123, 130, 137, 146, 154, 163, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 191, 192, 222, 226

Inovação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 45, 158, 168, 172, 174, 175, 180, 251

Interdisciplinaridade 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97

M

Mediação 37, 124, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234

Mercado de Trabalho 53, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 81, 82, 126, 127, 166

Município 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32, 40, 41, 48, 130, 140, 160, 161, 184, 186, 188, 207, 214, 241, 243

N

Nordeste Brasileiro 132, 133

O

Organizações da Sociedade Civil 111, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129

P

PAC 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Periferia 149, 156, 158, 159, 169

Planejamento 7, 8, 21, 27, 29, 69, 71, 72, 109, 110, 112, 137, 140, 141, 144, 149, 150, 153, 154, 166, 168, 178, 210, 221, 222, 239

PNPB 183, 184, 185, 186, 191, 193

Política Pública 23, 24, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 48, 50, 90, 120, 122, 123, 129, 130, 135, 142, 146, 149, 151, 172, 176, 177, 185, 186, 188, 189, 191, 194, 195, 199, 203, 205, 206, 221, 222, 224, 232

Políticas Culturais 27, 156, 157, 159, 161, 169

Políticas Sociais 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 90, 97, 123, 154, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222

Previdência Privada 98, 99, 101, 102, 106, 107, 108

Previdência Social 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110

Programa de Regionalização do Turismo 132, 133, 138, 142

Proteção Social 73, 74, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 90, 91, 92, 96, 103, 104, 105, 131, 216

R

Reformas Previdenciárias 99, 102, 103

Registro Tardio 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Renda 17, 27, 30, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 99, 100, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 139, 149, 150, 152, 163, 166, 168, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 200, 203, 216, 218, 219

Rota das Emoções 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142

S

Seguridade Social 86, 101, 103, 104, 105, 109

SENAES 122, 123, 124, 125, 129

SUAS 5, 8, 9, 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 35, 42, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106, 112, 114, 121, 123, 126, 127, 136, 143,

146, 148, 151, 153, 154, 158, 160, 164, 165, 171, 173, 179, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 209, 212, 217, 220, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239

Sustentabilidade 26, 109, 111, 112, 113, 118, 126, 141, 142, 160, 168, 171, 172, 174, 178, 180, 194, 195, 196, 197, 201, 208

T

Trabalhadores 33, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 98, 100, 102, 108, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129

Trabalho Interdisciplinar 85, 87, 91, 92, 93, 96, 97

Turismo 27, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

U

Urbanização 138, 145, 148, 149, 151, 152

Z

Zoneamento 175, 177, 179, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 